



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Relatório e Contas

Ano 2020

S.J.
K.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Relatório de Atividades e de Gestão.....	4
3. Balanço.....	13
4. Demonstração de Resultados.....	14
5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	15
6. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	16



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Vogal – Luis Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas., o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2020.

2. Mensagem da Direção

Este Relatório de Atividades reporta-se ao primeiro ano do mandato dos órgãos sociais eleitos em 17 de fevereiro de 2020.

Após um primeiro mandato dedicado intensamente ao conhecimento da instituição, sua reorganização administrativa e contratual e, sobretudo, ao estabelecimento de uma relação saudável e de amplo cumprimento para com a Segurança Social, reportando-se este relatório ao primeiro exercício do segundo mandato destes órgãos sociais, deveria o mesmo servir para demonstração do desenvolvimento das atividades a que se propuseram estes órgãos sociais para o mandato que terminará em 2023.

No entanto, o ano 2020 ficará para sempre conhecido como o ano da Covid-19.

Com origem na China em finais 2019, verificou-se a propagação pelo Mundo inteiro de um coronavírus designado de Sars-Cov-2 que deu origem à doença que ficou para a História como COVID-19. A doença entrou em Portugal em fevereiro de 2020 e a partir de 13 de março de 2020, não estava ainda terminado o primeiro trimestre do ano que aqui importa analisar, foi decretado em Portugal o recolhimento obrigatório tendo encerrado escolas, comércio, restaurantes, quase todas as atividades com exceção para as de natureza industrial foram encerradas no nosso país, depois da declaração, deliberada pela Assembleia da República após solicitação do Presidente da República, de Estado de Emergência.

As implicações do Estado de Emergência com aplicação de fortíssimas restrições à mobilidade, teve particular impacto nos Estabelecimentos Residenciais de Pessoas Idosas (ERPI) que foram literalmente fechados à comunidade por forma a proteger os seus utentes, considerados a população de maior risco no âmbito do coronavírus COVID-19.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Por essa razão cessaram as reuniões de Direção desde fevereiro de 2020 e a apreciação do Relatório de Atividades da instituição foi adiada para o mês de setembro, de acordo com as permissões legais. No Relatório de Atividades de 2019 dizia-se: “... a incidência da pandemia da Covid-19 na instituição será naturalmente tratada no Relatório de Atividades relativo ao ano 2020”.

É, precisamente, o que nos propomos fazer no presente Relatório de Atividades.

Na Síntese de Atividades que em seguida se desenvolverá serão melhor explicadas estas como outras matérias que representaram a atividade da Direção do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, durante o ano civil de 2020.

Importa referir ainda, pela importância, que:

- a) Todos os membros da Direção exercem as suas funções dirigentes de forma graciosa
- b) Não existe nenhum trabalhador da instituição que seja simultaneamente dirigente
- c) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
- d) Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social

Para terminar,

Expressar os habituais agradecimentos a todos os que ao longo deste ano e precedentes manifestaram a sua confiança e preferência nesta instituição, em particular aos utentes e suas famílias pois a eles se deve o crescimento e desenvolvimento do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS.

Deixar aos nossos colaboradores uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenhamento e, muito mais do que isso, pela sua dedicação e a forma como transformam esta instituição na casa de cada um dos nossos utentes, sendo essa a marca distintiva que o Lar Beneficente de São Jorge, IPSS tem que continuar a deixar junto da comunidade e daqueles que servimos.

Mas, neste ano em particular, o ano da pandemia, deixar uma palavra de fortíssimo apreço às nossas colaboradoras que aguentaram estoicamente as exigências e esforços adicionais que a instituição e as circunstâncias delas tiveram que exigir. Não teria sido possível passar por um ano tão difícil de modo tão exemplar sem a colaboração e a dedicação das nossas colaboradoras. É, por isso, para elas a palavra mais forte de agradecimento neste Relatório.



3. Síntese da Atividade

Neste ponto do Relatório de Atividades far-se-á a apresentação sumária das atividades desenvolvidas durante o exercício que se vem de analisar.

Sendo que, atendendo ao que foi referido no ponto anterior, ela cingir-se-á a dois pontos:

- 1) Intervenções e investimentos realizados por força das necessidades de ajustamento devido à pandemia da Covid-19
- 2) Reorganização dos Recursos Humanos

3.1 Covid-19

Tal como referido na mensagem da Direção, os ajustamentos obrigatórios e não obrigatórios mas entendidos como necessários, no âmbito da pandemia da Covid-19, dominaram necessariamente o exercício de 2020.

Logo após o dever de recolhimento obrigatório decretado em 13 de março de 2020 e o imediato encerramento dos ERPI, foi necessário realizar um conjunto de investimentos com vista a aproximar os nossos utentes dos seus familiares, com os quais estavam agora impedidos de se encontrar.

Assim, foi de imediato decidida a aquisição de:

- ⇒ Um ecrã LCD de grandes dimensões; e
- ⇒ A construção de uma sala que permitia a visita dos familiares dos utentes sem que com eles tivessem qualquer tipo de contacto físico.

Ainda neste plano e devido à necessidade de apetrechar as nossas colaboradoras com os materiais que as protegessem bem como aos nossos utentes, foi igualmente adquirido:

- ⇒ Novas máscaras e demais equipamentos de proteção individual, devidamente certificadas
- ⇒ Novas fardas de serviço, devidamente certificadas



S. J. J.
P.

No entanto a dimensão com que naturalmente a Direção mais se preocupou foi com a elaboração e cumprimento absolutamente escrupuloso dos planos de contingência que foram elaborados de acordo com as determinações legais e respetivas atualizações.

Assim que foi imposto às instituições que elaborassem e cumprissem um Plano de Contingência de adaptação aos cuidados a ter devido à Covid-19, a então Diretora Técnica, Dra. Mónica Marinho, elaborou conjuntamente com o Médico do Trabalho e com a Médica da instituição um Plano de contingência, do qual foi imediatamente dado conhecimento à Segurança Social.

Mais tarde, já no mês de setembro, antecipando uma eventual regressão na situação pandémica e considerando-se necessário imprimir maior rigor e exigência no cumprimento do plano de contingência, a Direção nomeou a Dra. Micaela Fontão, vogal da Direção, como responsável pela adaptação do ERPI à pandemia do Covid-19.

Foi já a Dra. Micaela Fontão que coordenou a elaboração do novo Plano de Contingência, igualmente aprovado por todas as entidades, designadamente as autoridades de saúde, que entrou em vigor na instituição em 1 de outubro de 2020. E mais do que pela sua elaboração no cumprimento escrupuloso e mesmo radical de todas as imposições legais, a Dra. Micaela Fontão responsabilizou-se pessoalmente pela implementação e pleno cumprimento deste Plano de Contingência. Pelo que é devido, neste Relatório de Atividades, uma enorme palavra de agradecimento à Dra. Micaela Fontão que, graciosamente e com enorme esforço pessoal, acompanhou a instituição diariamente num período em que a instituição se viu envolvida por um surto da Covid-19, tal como sucedeu com todas as demais instituições de natureza análoga à nossa, que afetou utentes e colaboradoras. Esta palavra tem que ser igualmente extensiva às colaboradoras da instituição, particularmente àquelas que se viram forçadas a cumprir quarentena no interior da instituição. Foram semanas de enorme pressão, em que a todos preocupava a proteção da saúde dos nossos utentes, mas que a instituição conseguiu ultrapassar devido à entrega das nossas colaboradoras e à fantástica coordenação da Dra. Micaela Fontão.

Aqui chegados importa referir que a altura em que esteve declarado surto na instituição, com infeção de grande quantidade das nossas colaboradoras, foram tempos extremamente exigentes no que respeita à substituição das colaboradoras infetadas pelo período de quarentena determinado e no que respeita à confeção de alimentos e lavagem de roupa que, durante este período, teve que ser feita com recurso a *outsourcing* implicando naturalmente



SSO.
P.

um acréscimo extraordinário e excecional de custos no exercício deste ano.

É importante referir que a Direção desde início determinou que não lhe olhasse a gastos para que a instituição pudesse cumprir com tudo o que os nossos utentes careciam e com tudo o que as autoridades de saúde exigiam. Não apenas ao nível de materiais e investimento em imobilizado, como ainda na contratação de trabalhadores que foi necessário para conseguir manter o nível de acompanhamento que a instituição habituou os seus utentes.

Foi por isso decidido criar um centro de custo próprio para a Covid-19, que permitisse mensurar todas as despesas que surgiram por força da pandemia e que não teriam surgido se não fosse essa circunstância.

Assim, sem prejuízo da consulta detalhada que resulta da demonstração de resultados, em sede de Relatório de Atividades importa referir que a pandemia da Covid-19 teve um impacto total de **23.597,00€**. O que representa um acréscimo de custo, face às despesas do ano 2020, de **5%**.

3.2 Gestão de Pessoal

3.2.1 Reorganização dos Recursos Humanos

Tal como referido no ponto anterior, os ajustamentos que tiveram que ser realizados ao nível dos recursos humanos por força do impacto da pandemia da Covid-19 trouxeram novas colaboradoras, novos ajustamentos funcionais e novas experiências organizativas que permitiram melhor pensar a orgânica dos recursos humanos.

Desde logo porque, em pleno período de pandemia, tivemos conhecimento da saída da então Diretora Técnica, Dra. Mónica Marinho, a cuja substituição se teve que proceder com a maior urgência possível atendendo a que se trata de uma função legal e substancialmente essencial na condução de um ERPI. Assim em maio de 2020 foi admitida a Dra. Sandra Ribeiro como Diretora Técnica do Lar Beneficente de São Jorge.

Na sequência dessa entrada e da reorganização que, compreensivelmente, a nova Diretora Técnica também entendia dever ser feita, operou-se a uma alteração do Manual de Funções distribuindo as funções gestionárias pela Diretora Técnica e pela Diretora de Serviços, ao invés da concentração nesta última como sucedia até então. E procedeu-se ainda à contratação de duas trabalhadoras para as seguintes funções:



[Handwritten signature]

⇒ Auxiliar de Ação Directa

Daqui resulta claro que, para além da gestão da pandemia da Covid-19 e do surto que foi declarado à instituição em finais do ano de 2020, as muitas mudanças e alterações ocorridas durante este ano forçaram um repensar da estrutura hierárquica e do organograma da instituição, mais adaptado à realidade da instituição e essencialmente, mais capaz de servir ainda melhor os nossos utentes.

A verdade é que, se o valor referido em cima como sendo o custo adicional que a instituição teve que suportar por força da pandemia da Covid-19, é um valor que surgirá apenas neste exercício, já o investimento em recursos humanos representa um custo permanente, na medida em que representa um significativo reforço de pessoal ao dispor dos nossos utentes.

Deve ser registado que por força das entradas e saídas que ocorreram durante o ano de 2020 e já em 2021, o Lar Beneficente de São Jorge tem mais um trabalhador (passou de 18 para 19), não tendo ainda assim existido um incremento do custo mensal com pessoal, mas sim uma ligeira diminuição.

3.2.2 Diversos

Medidas de alcance geral a registar:

- a) Situação salarial das trabalhadoras implicando o pagamento de um acréscimo de € 10/mês sobre cada vencimento correspondente ao RMMG (Rendimento Mínimo Mensal Garantido), deixando assim esta instituição de pagar salário mínimo nacional e pagando sempre um mínimo de € 10,00 acima desse montante;
- b) Utilização de novos contratos de trabalho de acordo com minuta que atualizou os modelos que vinham sendo utilizados e os adaptou plenamente não apenas à legislação vigente com ainda às alterações decididas pela Direção.
- c) Ao nível de pessoal clínico disponibilização aos utentes de duas enfermeiras (uma com contrato de trabalho tempo completo e outro com contrato de trabalho a tempo parcial), médico (tempo parcial), psicóloga (tempo parcial) e fisioterapeuta (tempo parcial).



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

3.3 Gestão Financeira

3.3.1 Comparticipação dos utentes

No ano de 2020, a comparticipação dos utentes estagnou face aos valores verificados no ano de 2019, fruto da pandemia uma vez que a instituição impedida, durante várias meses, de admitir novos utentes.

3.3.2 RMISSG (Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães)

Tendo esta instituição sido incluída, a partir de 2019, nas entidades merecedoras de subsídio do Município de Guimarães no âmbito do Regulamento Municipal de Instituições Solidariedade Social de Guimarães (RMISSG), nas reuniões de Câmara Municipal de 01.06.2020 e 20.07.2020 foram aprovados os subsídios a atribuir às IPSS do concelho de Guimarães tendo, nessa ocasião, sido aprovado um apoio de € 12.000,00 ao Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, dos quais € 1.000 para a aquisição de equipamentos para o combate à Covid-19.

Já no ano corrente, foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 05.04.2021 um apoio adicional de € 15.000,00.

Pelo que, a Instituição dispõe neste momento de um crédito de **€ 26.000,00** para ser utilizados em obras a realizar o que, de acordo com autorização municipal, será utilizado na obra de remodelação que pretendemos levar a cabo.

3.3.3 Consignação de 0,5% IRS

Em 2018 e por iniciativa do Tesoureiro da instituição procedeu-se à inscrição da instituição perante a Autoridade Tributária, imprescindível para que possa ser objeto da consignação deste montante por qualquer empresa ou cidadão.

Como tal apenas em 2019 poderia ser dada sequência a esta faculdade, que no fundo cria uma nova receita para a instituição, até aqui inexistente. Não foi ainda feita uma campanha organizada com este objetivo, mas foram já feitas abordagens pontuais a cidadãos e empresas por forma que identificassem o Lar Beneficente de São Jorge como beneficiário, sendo que o valor correspondente a esta importante iniciativa recebido no ano de 2020, ascendeu ainda



assim a € 10.116,80.

3.3.4 Aplicação de fundos financeiros

Mantém-se a distribuição por diferentes instituições bancárias do produto da poupança da instituição de molde a que não fique em nenhuma delas depositada montante superior àquele que é objeto de garantia de devolução por parte do Banco Central Europeu (BCE), assim se assegurando que ainda que possa surgir um problema com alguma das instituições bancárias selecionadas, estejam salvaguardados os restantes depósitos da instituição.

A instituição possui neste momento aplicações financeiras de igual montante nas seguintes instituições bancárias: Millennium BCP; Euro BIC; Banco BIG; Caixa Geral de Depósitos.

3.4 Gestão Administrativa

Durante este ano e apesar das dificuldades já vindas de referir, conseguiram realizar-se importantes investimentos que apetrecharam a instituições de melhores utensílios e valências técnicas com vista à melhoria da organização interna e à qualificação do serviço prestado aos utentes. Designadamente:

- a) Importantes investimentos na área informática informáticos de forma a garantir a existência de quatro computadores a utilizar pelas colaboradoras com funções dirigentes e pessoal clínico;
- b) Aquisição de programa de gestão de utentes modernizando e informatizando o tratamento dos dados dos clientes permitindo um mais célere acesso por cada colaboradora da instituição.

3.5 Gestão Social e Comunitária

Durante este exercício e pelas razões mencionadas não houve iniciativas de envolvimento social e comunitário a registar devendo as mesmas regressar assim que a pandemia e as autoridades de saúde o tornem possível, desejavelmente já durante o ano de 2021.



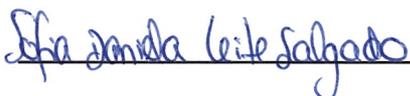
4. Perspetivas Futuras

Do ponto de vista de investimentos e intervenções e uma vez debelada a pandemia da Covid-19 teremos o natural reassumir da prioridade relativamente à **obra de readaptação e atualização do edifício onde se encontra instalada o ERPI**. Esta intervenção dotará a instituição do seguinte:

- a. Aumento em 15 utentes da capacidade da valência social de ERPI passando para um total de 50 utentes (para o que detemos já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- b. Instalação da valência social de Centro de Dia;
- c. Instalação da valência social de Serviço de Apoio Domiciliário.

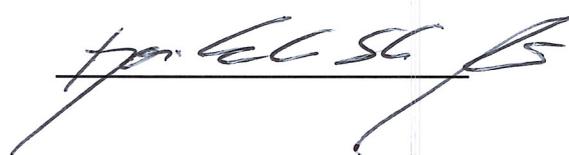
Pevidém, 7 de maio de 2021

Contabilista Certificado



A Direção







LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Moeda: EUR
Contribuinte: 501 268 138

Balanço

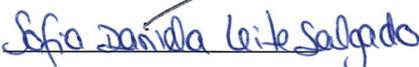
(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1/6	539 128,77	562 808,00
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	1 976,43	1 388,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		541 105,20	564 196,98
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	3 103,80	1 903,80
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	4 001,26	1 620,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.4	38 868,66	200,00
Diferimentos	12.5	3 041,18	3 664,16
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4.3/12.6	461 849,69	446 820,83
Subtotal		510 864,59	454 208,83
Total do ativo		1 051 969,79	1 018 405,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	4.5/12.7	36 521,03	36 521,03
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	4.5/12.7	186 493,12	186 493,12
Resultados transitados	4.5/12.7	561 543,14	526 880,03
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações de fundos patrimoniais	4.5/9/12.7	197 608,72	179 252,76
Subtotal		982 166,01	929 146,94
Resultado líquido do exercício		7 931,74	34 663,11
Total do fundo de capital		990 097,75	963 810,05
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4.4/12.8	837,40	1 277,21
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	6 895,15	7 207,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.5	1 091,97	0,00
Outras contas a pagar	12.9	53 047,52	46 111,32
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		61 872,04	54 595,76
Total do Passivo		61 872,04	54 595,76
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 051 969,79	1 018 405,81

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsajorge.pt



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Moeda: EUR
Contribuinte: 501 268 138

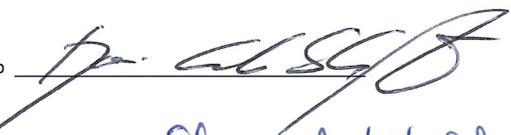
Demonstração de resultados por naturezas

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	244 390,96	244 020,77
Subsídios, doações e legados à exploração	9	185 200,94	171 481,24
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-52 042,69	-46 441,53
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-82 442,58	-60 880,99
Gastos com o pessoal	10	-275 366,72	-255 264,08
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.11	21 448,78	10 821,05
Outros gastos e perdas	12.12	-2 018,48	-774,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		39 170,21	62 961,48
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-31 395,82	-29 430,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 774,39	33 530,91
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	157,35	1 132,20
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		7 931,74	34 663,11
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		7 931,74	34 663,11

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 



Demonstração dos Fluxos de Caixa

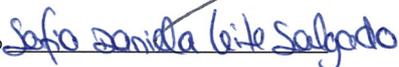
(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		243 912,96	242 820,77
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-130 557,91	-108 020,23
Pagamentos ao pessoal		-202 883,89	-179 877,22
Caixa geradas pelas operações		-89 528,84	-45 076,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		109 929,39	104 960,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		20 400,55	59 883,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 716,59	-10 904,70
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-587,45	-604,48
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	10 904,70
Juros e rendimentos similares		157,35	1 132,20
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8 146,69	527,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		2 775,00	4 346,22
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		2 775,00	4 346,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		15 028,86	64 757,92
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		446 820,83	382 062,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	461 849,69	446 820,83

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu



SJB.
★
/

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Vogal – Luís Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726B/2011 de 14 de Março;
- NCRF ESNL e Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebido e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua



Handwritten signature and initials in blue ink.

apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Futuro e incertezas

Dada a expectativa de continuidade dos serviços do Lar Beneficente de S. Jorge, e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm fatores de incerteza quanto às estimativas.

4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de



SJB. A
P.

gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

4.3 Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

4.4 Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as



S. J. CA
K.

pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Assim, os rendimentos referidos encontram-se isentos de IRC.

4.7 Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas outros ativos e passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6 Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2019	18.027,59	1.022.251,27	128.444,31	28.181,73	39.194,93	0,00	-	1.236.099,83
Adições	-	-	2.961,79	-	3.442,18	1.312,62	-	7.716,59
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42



(Handwritten signatures and initials)

DEPRECIACÕES ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2019	17.984,59	499.513,36	89.231,80	28.181,73	38.380,35	0,00	-	673.291,83
Adições	43,00	22.816,44	6.774,98	-	1.597,32	164,08	-	31.395,82
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	18.027,59	522.329,80	96.006,78	28.181,73	39.977,67	164,08	-	704.687,65

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	499.921,47	35.399,32	0,00	2.659,44	1.148,54	0,00	539.128,77
----------------------------	-------------	-------------------	------------------	-------------	-----------------	-----------------	-------------	-------------------

2019

	Terrenos e		Edifícios		Equipamento		Outros		TOTAL
	recursos naturais	e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	activos fixos tangíveis	Investimentos em curso		
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:									
Saldo em 31.12.2018	18.027,59	1.022.251,27	117.539,61	28.181,73	39.194,93	-	-	1.225.195,13	
Adições	-	-	10.904,70	-	-	-	-	10.904,70	
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31.12.2019	18.027,59	1.022.251,27	128.444,31	28.181,73	39.194,93	-	-	1.236.099,83	

DEPRECIACÕES ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2018	17.941,59	476.696,92	83.203,61	28.181,73	37.837,41	-	-	643.861,26
Adições	43,00	22.816,44	6.028,19	-	542,94	-	-	29.430,57
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	17.984,59	499.513,36	89.231,80	28.181,73	38.380,35	-	-	673.291,83

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-



Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	43,00	522.737,91	39.212,51	0,00	814,58	-	0,00	562.808,00
---------------------	-------	------------	-----------	------	--------	---	------	------------

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01	Compras	Reclass. e Regul.	Inventários em 31/12	Consumos
Em 2020					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 042,69 €	0,00 €	0,00 €	52 042,69 €
Em 2019					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	46 441,53 €	0,00 €	0,00 €	46 441,53 €

8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor. Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	0,00 €	0,00 €
Prestações de Serviços	244 390,96 €	244 020,77 €
<i>Mensalidade Utentes</i>	<i>244 390,96 €</i>	<i>244 020,77 €</i>
Total	244 390,96 €	244 020,77 €

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as condições para o receber.



[Handwritten signature and initials]

Os subsídios não reembolsáveis para financiamento de aquisições de ativos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, e reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, em rendimentos e ganhos operacionais, proporcionalmente às depreciações dos ativos a que respeitam.

Os registos contabilísticos em 2020 e 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital		
<i>Acordos de Cooperação - Participações</i>	177 969,83 €	167 135,02 €
<i>Outros</i>	2 002,99 €	0,00 €
IEFP	1 453,12 €	0,00 €
Subsídios de outras entidades	1 000,00 €	0,00 €
Doações/Donativos	2 775,00 €	4 346,22 €
Total	185 200,94 €	171 481,24 €

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros Entes Públicos”, “Subsídios de Outras Entidades e Doações”:

Descrição	2020				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
Subsídios para investimento					
PIDDAC	169 711,15 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	163 430,20 €
RMISG 2018	9 541,61 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	8 178,52 €
RMISG 2019	12 000,00 €	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	11 000,00 €
RMISG 2020	15 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 000,00 €
Total	206 252,76 €	0,00 €	0,00 €	8 644,04 €	197 608,72 €
Descrição	2019				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
PIDDAC	175 992,10 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	169 711,15 €
RMISG 2018	10 904,70 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	9 541,61 €
Total	175 992,10 €	0,00 €	0,00 €	7 644,04 €	179 252,76 €

10 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.



[Handwritten signature and initials]

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 18 e em 31/12/2019 foi de 17.

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	223 269,46 €	206 128,20 €
Encargos sobre as Remunerações	49 230,18 €	46 020,59 €
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 527,08 €	2 672,29 €
Outros gastos com o pessoal	340,00 €	443,00 €
Total	275 366,72 €	255 264,08 €

A contínua reorganização do orgânico de acordo com as exigências das entidades de supervisão, as atualizações salariais e o aumento da taxa da segurança social única justificam os valores contabilizados em 2020.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fundos de Compensação do Trabalho	1 976,43 €	1 388,98 €
Total	1 976,43 €	1 388,98 €



[Handwritten signatures and initials]

12.2 Clientes

A rubrica “Clientes” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes c/c	3 103,80 €	1 903,80 €
Total	3 103,80 €	1 903,80 €

12.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o valor Acrescentado	4 001,26 €	1 620,04 €
Total	4 001,26 €	1 620,04 €
Passivo		
Imposto sobre o valor Acrescentado		
Retenção de Impostos sobre rendimento - trabalho dependente	1 336,00 €	1 274,00 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	67,50 €	195,50 €
Contribuições para a Segurança Social - TSU	5 491,65 €	5 737,73 €
Total	6 895,15 €	7 207,23 €

12.4 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Consignação IRS 2020	10 116,80 €	0,00 €
RMISG	26 000,00 €	0,00 €
Outros Devedores	2 751,86 €	200,00 €
Total	38 868,66 €	200,00 €

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



[Handwritten signatures and initials]

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 041,18 €	3 664,16 €
Total	3 041,18 €	3 664,16 €
Rendimentos a Reconhecer		
MAREESS	1 091,97€	0,00 €
Total	1 091,97 €	0,00 €

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	4 034,13 €	6 195,61 €
Depósitos à Ordem	457 815,56 €	140 004,11 €
Depósitos a Prazo	0,00 €	300 621,11 €
Total	461 849,69 €	446 820,83 €

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2020	2019
Fundos	36 521,03 €	36 521,03 €
Reservas	186 493,12 €	186 493,12 €
Resultados Transitados	561 543,14 €	526 880,03 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	197 608,72 €	179 252,76 €
Resultado Líquido do Exercício	7 931,74 €	34 663,11 €
Total	990 097,75 €	963 810,05 €

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	837,40 €	1 277,21 €
Total	837,40 €	1 277,21 €



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” está composta da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Pessoal	0,00 €	5 409,63 €
Credores por acréscimos de gastos	40 837,82 €	35 888,79 €
Outros Credores	12 209,70 €	4 812,90 €
Total	53 047,52 €	46 111,32 €

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	24 578,97 €	24 182,80 €
Materiais	3 222,71 €	2 432,71 €
Energia e Fluidos	31 280,90 €	27 094,64 €
Deslocações, Estadas e Transportes	1 443,20 €	673,85 €
Serviços Diversos	21 916,80 €	6 496,99 €
Total	82 442,58 €	60 880,99 €

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Descontos de pronto pagamento	0,00 €	0,03 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,37 €	253,00 €
Imputação de subsídios para o investimento	7 644,04 €	7 644,04 €
Indemnização por falta de aviso prévio	0,00 €	912,00 €
Quotas dos Associados	432,00 €	333,00 €
Consignação IRS	10 116,80 €	0,00 €
Outros Rendimentos	3 255,57 €	1 678,98 €
Total	21 448,78 €	10 821,05 €



12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	205,59 €	177,81 €
Outros Gastos	1 812,89 €	597,17 €
Total	2 018,48 €	774,98 €

12.13 Juros e Rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Juros obtidos de depósitos	157,35 €	1 132,20 €
Total	157,35 €	1 132,20 €

12.14 Acontecimentos após a data de Balanço

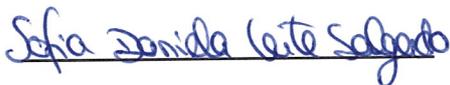
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Pevidém, 7 de Maio de 2021

Contabilista Certificado



A Direção



